v. 2 n. 3

# ABRE ASPAS: DANTE DE OLIVEIRA

*Os mato-grossenses têm o que comemorar. Em 1997 o Programa de Incentivo ao Algodão (Proalmat) reduziu em até 75% o ICMS dos produtores que investissem na qualidade do algodão produzido e destinou 15% desse montante à pesquisa, ao controle de pragas e doenças da cultura, ao treinamento de mão-de-obra e à difusão de tecnologia. Os resultados impressionaram: a área plantada cresceu quatro vezes, a produção de algodão em caroço, 15, e a produtividade ficou quase 30% acima da média nacional. O estado acumula recordes: é o maior produtor brasileiro de soja e algodão, o segundo maior produtor de arroz, e ostenta o terceiro maior rebanho bovino do país, um contingente de 18,8 milhões de cabeças com certificado internacional para exportações. O artífice de todos essses números, o governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, 49 anos, é conhecido nacionalmente por ter sido em 1982 o autor da emenda constitucional que restabelecia a eleição direta para presidente da República no país. Deputado estadual, deputado federal, prefeito por duas vezes de Cuiabá e ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira cumpre seu segundo mandato de governador do estado que ostenta toda essa pujança. E é exatamaente para falar dessa pujança que* AGROANALYSIS *o convidou para este Abre Aspas.*



**O Mato Grosso quer produzir 84 milhões de toneladas de grãos nos próximos 10 anos.**

*Dante de Oliveira*

## Estado sólido

**ENTREVISTA CONCEDIDA A**
**IVAN WEDEKIN**
**E REGIS ALIMANDRO**

■ **O senhor foi um revolucionário no passado. Que revolução está acontecendo hoje no estado de Mato Grosso?**

— Faço parte de uma geração que se comprometeu com a restauração da democracia no Brasil, num momento em que as liberdades democráticas estavam suspensas. Fui o autor da emenda das Diretas-já, inspirado pelos ideais democráticos. Hoje os ideais revolucionários têm a mesma importância, mas com outro foco. A revolução hoje é o Estado redimensionado e radicalmente a serviço do cidadão, e não mais de corporações ou de si mesmo: um Estado capaz de produzir bem-estar social. Consolidamos essa idéia em Mato Grosso, desfazendo-nos de seis empresas estatais e de um banco estadual. A consolidação do desenvolvimento econômico se deu particularmente a partir de 1995, depois da definição do papel do Estado na economia estadual. O PIB de Mato Grosso reflete isso. Cresceu 145% entre 1985 e 1997, ou seja, 7,6% ao ano, bem mais do que o PIB nacional. Hoje o PIB estadual está em R$12,5 bilhões. Saímos da 20ª para a 15ª posição no *ranking* brasileiro. Acho que estamos realizando no Mato Grosso uma revolução que se insere na economia nacional, resolvendo a questão do Estado.

■ **Quais as quatro principais marcas registradas da administração Dante de Oliveira?**

— A primeira é a transformação do Estado – que vinha de um modelo centralista e assistencialista – em uma estrutura moderna e adequada aos serviços da cidadania.

A segunda, o equilíbrio fiscal de um estado que gastava em 1994 um real a mais do que cada real arrecadado – o que comprometia 84% da receita com pessoal, hoje reduzida a 54% – e que tinha uma dívida impagável de R$3 bilhões, contraída nas últimas décadas e totalmente renegociada por nós para 30 anos. Em 2000 alcançamos o equilíbrio fiscal.

A terceira marca da nossa administração é a democratização da educação, cujos índices melhoraram sensivelmente. Atendemos a todo o enorme universo do ensino fundamental.

A nossa quarta marca registra-

da é a visão estratégica do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, apoiando o crescimento e induzindo as transformações industriais de produção primária. Tanto que temos hoje no Mato Grosso investimentos privados de R$10,5 bilhões para os próximos três anos, com definição tomada.

**■ O que dirigirá o desenvolvimento econômico e social do estado nesta década?**

— Em primeiro lugar, a solução da logística de transportes para reduzir o custo Mato Grosso, dando maior competitividade às exportações pela agroindustrialização, pela ampliação do agronegócio, pela verticalização das cadeias produtivas, pela vocação para o turismo e o ecoturismo, pela inserção estratégica de Mato Grosso no continente através dos mercados andino, do Centro-Oeste sul-americano (Bolívia, Paraguai, norte da Argentina e do Chile) e do Mercosul, despolarizando o eixo Buenos Aires–São Paulo, pela utilização da via natural da hidrovia Paraguai–Paraná e pela rodovia Cáceres–Santa Cruz de La Sierra em direção ao Pacífico.

Em segundo, o incremento das exportações, que alcançaram US$1.033 bilhão em 2000, com expectativa progressiva.

**■ Como ficam agricultura e pecuária nesse esforço exportador?**

— O valor das nossas exportações é o maior dos estados da região Centro-Oeste e somos o 10° estado exportador no país. Já somos um dos principais produtores de grãos, com 12 milhões de toneladas em 2000. Somos o primeiro em soja, com 8,8 milhões de toneladas e em algodão, com 908,8 mil toneladas; o segundo em arroz, com 1,84 milhão de toneladas e uma produção de 1,5 milhão de toneladas de milho. Temos o terceiro maior rebanho bovino do país, com 18,8 milhões de cabeças, sanitariamente livre de febre aftosa e com certificado internacional para exportações. Somos um estado que possui três ecossistemas diferenciados: amazônia, pantanal e cerrado. Com esse perfil, é de imaginar que teremos, nos próximos anos, a ocupação de mais espaço para a agricultura.

**■ Um caso de sucesso na agricultura brasileira é o desenvolvimento acelerado da produção e do beneficiamento do algodão em Mato Grosso. Que ações públicas lastrearam esse sucesso?**

— Em 1997 instituímos o Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso, o Proalmat, que prevê o incentivo fiscal vinculado à qualidade da fibra do algodão e ao respeito ambiental, de até 75% do ICMS incidente sobre seu valor de comercialização. O programa inclui ainda o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (Facual), ao qual são recolhidos 15% do valor do incentivo, obrigatoriamente destinados à pesquisa, ao controle de pragas e doenças da cultura, ao treinamento de mão-de-obra e à realização de eventos técnicos.

Esses recursos são gerenciados pela iniciativa privada e produziram uma revolução em biotecnologia e em produção ecologicamente correta. Assim em 2000 a área plantada subiu para 270 mil hectares, 390% a mais; a produção de algodão em caroço chegou a 537 mil toneladas, ou 1.400% de aumento, e a produtividade ficou em 2 mil quilos por hectare, 222 % mais do que em 1996 – e 28,8% acima da média nacional. Na safra 2000/01, a Conab já estimou a nossa produção de algodão em 735 mil toneladas. O mérito mais significativo do Proalmat é que a proposta veio do setor privado e foi acatada por nós, indicando um diálogo muito significativo que estabelecemos com a sociedade produtiva.



*A revolução hoje é o Estado redimensionado e radicalmente a serviço do cidadão, e não mais de corporações ou de si mesmo.*

**■ Quais foram os efeitos do programa sobre a arrecadação fiscal gerada pelo agronegócio algodão? Quais foram os ganhos em termos de renda e emprego na região?**

— O crescimento da área plantada, da produção e da produtividade foi relevante, a ponto de elevar Mato Grosso à condição de primeiro produtor brasileiro de algodão, com 51% da produção nacional. A receita do ICMS, que era de R$3,4 milhões em 1996 sem o incentivo, chegou a R$14,5 milhões em 2000, já descontado o incentivo. Os incentivos atingiram R$43 milhões em 2000, representando 1.158,5% em relação a 1996. A renda direta gerada pela comercialização foi de R$605 milhões em 2000, ou seja, 1.575% maior do que em 1996. Os empregos gerados, que eram 12.500, diretos e indiretos, em 2000 chegaram a 64 mil. As indústrias algodoeiras que fazem o tratamento inicial passaram de 11 para 156, com o uso de equipamentos mais adequados à qualidade exigida da fibra. A produção do algodão exigiu ainda a criação de um programa conexo: o Programa de Incentivo à Indústria Têxtil. O programa oferece incentivos de 80% para as indústrias de fiação e tecelagem e de 85% para as de confecção.

**■ Que medidas estão sendo tomadas no estado com vistas à preservação da sanidade do rebanho bovino? Quais foram as repercussões da guerra comercial com o Canadá?**

— As medidas são educação sanitária, vacinação e controle de trânsito de animais e de subprodutos sem os respectivos certificados sanitários. Controlamos especialmente a fronteira com a Bolívia e com a região Norte do país. Ano passado, recebemos da Organização Internacional de Epizootias (OIE) em Paris o certificado de elevação do estado à condição de zona livre de febre aftosa, com vacinação e com zona tampão. Este ano, receberemos de novo o mesmo certificado, porém sem a zona tampão.

Quanto à guerra comercial, o reflexo foi imediato em nosso estado. O preço interno do boi e da vaca gorda caiu em até 8%. Mas o mercado já retornou à normalidade e os preços da carne *in natura* estão sendo cotados em Mato Grosso por importadores norte-americanos por até US$5,50 a mais por tonelada em relação aos preços anteriores ao embargo.

**■ O que está sendo feito para compensar o tímido desenvolvimento da suinocultura e da avicultura no estado?**

— Temos um bom projeto para a suinocultura já iniciado em Dia-

mantino, na região Médio-Norte do estado. É um investimento de US$100 milhões, para a instalação de 51.400 matrizes até 2005 e que já se iniciou operando com 5 mil matrizes. A produção anual inicial será de 120 mil animais/ano ou 15 mil toneladas de carne suína destinadas aos mercados interno e externo, a partir do primeiro abate estimado para julho deste ano. No entanto, a potencialidade é muito maior dos que as atuais 600 mil cabeças de suínos existentes, abatidas em três frigoríficos. Quanto à avicultura, as possibilidades são também muito maiores do que as atuais 12 milhões ce aves hoje destinadas ao mercado interno e ao asiático.

**■ Quais as metas de expansão agrícola para o seu mandato? Até 2010, que cadeias produtivas ganharão espaço e densidade econômica no período?**

— O Mato Grosso poderá produzir 84 milhões de toneladas de grãos nos próximos 10 anos e o mercado mundial ce *commodities* terá uma grande influência na evolução dessa produção. Por isso temos trabalhado com programas voltados para as cadeias do algodão, do couro, da madeira, de frutas, do café e mineral.

**■ Como compatibilizar metas ambiciosas, necessárias à desejada expansão de renda e emprego, com a preservação ambiental? Há projetos de estímulo a atividades ligadas ao conceito de novo mundo rural, como ecoturismo por exemplo? A infra-estrutura poderá comprometer o desenvolvimento do estado?**

— O modelo de desenvolvimento do Mato Grosso é sustentável, para que assegure a qualidade de vida da população e o respeito à natureza. Criamos uma legislação ambiental adequada a esse princípio e estamos realizando o zoneamento agroambiental do estado, através do programa Prodeagro, financiado pelo Banco Mundial. O pantanal matogrossense terá o Programa Pantanal, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US$400 milhões, divididos entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estamos combatendo, em duas pontas, duas grandes questões: as queimadas e o monitoramento das florestas, para controlar a cobertura vegetal. O ecoturismo aparece nesse universo ambiental privilegiado como uma alternativa econômica avançada, tratada como cadeia produtiva.

*O crescimento da área, da produção e da produtividade fizeram de Mato Grosso o primeiro produtor brasileiro de algodão.*



A infra-estrutura certamente não comprometerá o desenvolvimento do Mato Grosso, porque nossa visão estratégica está voltada para dois eixos: o primeiro é o energético. Nesse eixo, superamos nosso déficit e já temos um superávit de 40% que nos permitirá no futuro sair da condição de importador para a de exportador de energia.

O outro eixo é o de planejamento estratégico intermodal de transportes, através da interiorização do Mercosul pela hidrovia histórica Paraguai–Paraná, pelas hidrovias Araguaia–Tocantins, Porto Velho–Manaus, Teles Pires–Juruena–Tapajós, e pela ferrovia Ferronorte.

Temos o programa de pontes de concreto e rodovias estratégicas. Temos um programa em fase de negociação com o governo federal para a pavimentação e restauração de 2.500km de rodovias e construção de pontes de concreto. Criamos o Fethab – Fundo Estadual de Transportes e Habitação –, cuja arrecadação garante a conservação da extensa malha viária não-pavimentada de Mato Grosso, para atender ao escoamento da produção, resolvendo um problema crônico, principalmente na época das chuvas, que coincide com o período de nossa safra.

**■ Qual a sua visão sobre a questão fundiária no Brasil? Como maximizar o retorno econômico e social do investimento público no meio rural?**

— A questão fundiária no Brasil decorre ainda do sistema centralista histórico. O governo federal construiu uma pirâmide administrativa que aos poucos foi readequada pela modernização do papel do Estado, a partir de 1994, por decisão política do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa descentralização inclui-se a distribuição da renda dentro da moderna democracia.

A agenda do desenvolvimento humano obriga necessariamente a democratização da qualidade de vida. Assim, como a renda econômica requer uma nova estrutura, a reforma agrária se coloca como parte da redistribuição da renda àquelas pessoas que foram desalojadas ao longo do desenvolvimento econômico centralista em suas diversas fases políticas.

A reforma agrária como distribuição de renda, componente da qualidade de vida e parte da agenda do desenvolvimento, fortalecerá a moderna democracia brasileira. No que depender do Mato Grosso, a agenda do desenvolvimento incluirá a reforma agrária como prioridade fundamental da democracia.

Nós, do estado, temos procurado passar alguns projetos de verticalização da produção em áreas de pequenos produtores, a exemplo do que está acontecendo com a cultura da mamona em Dom Aquino e Porto Alegre do Norte.

O Mato Grosso aplicou em 2000 R$72 milhões para assentados, que somados com outros financiamentos do programa alcançaram R$95 milhões, considerado o maior investimento do programa no país. Em 1995, o Pronaf aplicou no estado apenas R$800 mil. Em 2001, esperamos aumentar para R$100 milhões. Esse tipo de clientela é afetado pela falta de garantias bancárias. Para resolver essa dificuldade e permitir o acesso ao crédito, o nosso governo criou o Fundo de Aval, que neste momento está sendo readequado à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Temos casado a política federal com nossos programas estaduais de cadeias produtivas, de modo que os recursos do Pronaf agreguem valor à produção e se beneficiem dos incentivos fiscais em áreas como as de algodão e granjas de qualidade, por exemplo. Como os programas das cadeias produtivas geram tecnologias e pesquisas, o pequeno agricultor também é alcançado pelos benefícios antes restritos à economia de alta escala. Hoje temos no estado 23 assentamentos sob a supervisão do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) em cooperação com o Incra. Somam 2.769 famílias e 2.793 lotes.